



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

DE QUEIROZ RIBEIRO, LUIZ CESAR; CORRÊA DO LAGO, LUCIANA  
O ESPAÇO SOCIAL DAS GRANDES METRÓPOLES BRASILEIRAS. SÃO PAULO, RIO  
DE JANEIRO E BELO HORIZONTE

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, núm. 3, outubro, 2000, pp. 111-129  
Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional  
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513952493008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

# O ESPAÇO SOCIAL DAS GRANDES METRÓPOLES BRASILEIRAS

SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E BELO HORIZONTE

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO  
LUCIANA CORRÊA DO LAGO

**R E S U M O** *Neste trabalho, buscamos avaliar os princípios segundo os quais se organiza o espaço social das metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, adotando essa noção como um conjunto de relações que definem posições e condicionam os atributos dos indivíduos por elas distribuídos.<sup>1</sup> As variáveis relativas à natureza, à posição na ocupação no trabalho e aos setores econômicos nos quais se exercem são utilizadas, em um primeiro momento, para definir conceitualmente as categorias sócio-ocupacionais que conformam a estrutura social a partir das relações que definem posições no mercado de trabalho e na estrutura produtiva dessas metrópoles. Analisamos a composição da estrutura social do conjunto das três metrópoles e suas diferenças, utilizando os dados do Censo de 1991. Em seguida, buscamos avaliar como essa hierarquia social corresponde à distribuição desigual dos dois atributos sociais fundamentais na sociedade capitalista contemporânea, os quais determinam as chances de inserção dos indivíduos na hierarquia social: o capital econômico (renda) e o capital escolar (educação). Utilizando as técnicas de análise fatorial e de conglomerado (cluster analysis), procedemos à classificação dos indivíduos segundo a sua posição na estrutura social e na distribuição dos capitais econômico e social. Tal análise nos permitirá identificar os princípios centrais segundo os quais o espaço social da metrópole se estrutura. Em seguida, avaliaremos em que medida as posições sociais identificadas são sobre determinadas, ou não, por três atributos sociodemográficos que atuam como mecanismos seletivos na distribuição das formas de capitais: raça/etnia, sexo e tipo de família.*

**P A L A V R A S - C H A V E** *Estrutura social; desigualdade; metrópole.*

<sup>1</sup> A noção de espaço social é a mesma utilizada por Pierre Bourdieu (1979) em sua análise da estrutura de classes na sociedade francesa. Para o autor, a “idéia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem, como acima, abaixo e entre; por exemplo, várias características dos membros da pequena burguesia podem ser deduzidas do fato de que eles ocupam uma posição intermediária entre duas posições extremas, sem serem objetivamente identificáveis e subjetivamente identificados com uma ou com outra” (Bourdieu, 1979, p.18).

## **HIERARQUIA SÓCIO-OCUPACIONAL: CONSTRUÇÃO CONCEITUAL**

Antes de mais nada, um pouco de história da análise contida neste texto. Temos desenvolvido uma extensa pesquisa que visa contribuir teórica e metodologicamente para o debate atual sobre os impactos das transformações econômicas sobre as estruturas social e espacial das grandes metrópoles. Esse debate tem como centro a polêmica em torno da tese da *global city*, segundo a qual a globalização comandaria as transformações econômicas, sociais e espaciais das grandes cidades, em direção à dualização da estrutura social, gerando novas categorias não redutíveis às classes sociais — como os *novos pobres*, marginais e excluídos. Identificamos dois eixos: um, marcado pelo confronto entre as interpretações

teóricas e conceituais da natureza e dos processos de globalização, polarizadas pelos paradigmas da *pós-industrialização* (Castells, 1989; Sassen, 1991) e do *pós-fordismo* (Preteceille, 1994; Storper, 1994); outro, que busca colocar sob prova empírica a hipótese da tendência à dualização e à polarização social (Hamnett, 1995; Maloutas, 1995).

Nossa análise insere-se nesse segundo eixo do debate, uma vez que resulta de uma pesquisa comparativa entre três grandes metrópoles brasileiras — Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte —, por meio da qual buscamos reunir elementos empíricos e analíticos presentes nesse campo de discussão. Nesse sentido, a identificação do espaço social das metrópoles mediante um mesmo modelo metodológico, objeto do presente trabalho, permitir-nos-á, posteriormente, observar as mudanças em curso nas respectivas estruturas sociais e espaciais e, em particular, avaliar possíveis tendências à dualização ou à diversificação social.

O modelo metodológico aqui proposto tem como princípio básico a centralidade do trabalho na estruturação e no funcionamento da sociedade. Tal centralidade torna a ocupação uma variável capaz de fornecer informações discriminadas e discriminadoras sobre renda, nível de instrução, estilo de vida, comportamento etc. Nesse sentido, a estrutura social é entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias (Desroisière et al., 1983).

Procuramos fugir das conhecidas dificuldades teóricas e metodológicas inerentes ao uso de sistemas de classificação baseados em apenas uma única escala. Essa questão é conhecida na literatura por meio da idéia de *incoerência de status*, tratada por vários autores a partir dos textos de Weber, e que diz respeito às posições diferentes ocupadas pelo mesmo indivíduo ao longo de diversas escalas. Em nosso trabalho, procuramos utilizar uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social que nos permitisse buscar a compreensão mais fina das eventuais diferenças de posições sociais de grupos ocupacionais. Tais eventos, em vez de serem tomados como casos desviantes, são entendidos como expressão de múltiplas escalas de hierarquização do espaço social. Essa concepção tornou-se possível pelo emprego das técnicas de análise fatorial por correspondência binária e de classificação hierárquica ascendente e, ainda, pela utilização de outras variáveis, além da ocupação, na identificação das posições sociais que estruturam o espaço social da metrópole. Em outras palavras, tal procedimento nos permitiu construir uma *topografia* do espaço social como um mapa no qual as proximidades e distâncias entre as ocupações revelassem estruturas de propriedades similares ou diferentes.<sup>2</sup>

Utilizamos como referência inicial o sistema de classificação das profissões na França (CSP), criado no início dos anos 50 e aperfeiçoado desde então pelo *Institut National d'Économie et Statistique* (INSEE), que tem sido utilizado como instrumento de análise de temas diversos, dentre os quais a mobilidade social, a estrutura e as práticas de consumo, as mudanças demográficas e, mais recentemente, a estrutura sócio-espacial (Tabard & Chenu, 1993; Tabard, 1993). Embora não tenhamos, no Brasil, uma proposta tão sistemática e testada de classificação, utilizamos ainda como referência trabalhos anteriores que também propuseram sistemas de classificação, com base nas variáveis ocupacionais<sup>3</sup> utilizadas pela FIBGE nos censos demográficos e nas pesquisas por amostra (Jorge et al., s.d.; Jorge et al., 1985; Valle Silva, s.d.; Silva, 1973; Silva, 1985).

A nossa tarefa não se resumiu a uma simples operação de taxonomia, cuja única preocupação residisse na coerência da definição e do uso de critérios de classificação, já que pretendíamos criar uma estrutura ocupacional que expressasse a hierarquia da socie-

<sup>2</sup> Essa orientação está ancorada na concepção de Bourdieu (1979) sobre a multiplicidade de dimensões que estruturam as classes sociais e as relações entre essas dimensões. Segundo o autor, “uma classe ou uma fração de classe é definida não por meio pela sua posição nas relações de produção tal como elas podem ser identificadas através de índices como a profissão, as rendas ou mesmo o nível de escolaridade, mas também por um certo sex-ratio, uma distribuição determinada no espaço geográfico (que não é jamais socialmente neutro) e por um conjunto de características auxiliares que, sob o título de exigências tácitas, podem funcionar como princípios de seleção ou de exclusão reais sem jamais serem formalmente enunciados (é o caso, por exemplo, de pertencimento étnico ou do sexo). Vários critérios oficiais servem, com efeito, como máscaras de critérios ocultos. O fato de se exigir um diploma determinado pode ser uma maneira de exigir de fato uma origem social determinada” (Bourdieu, 1979, p.113).

<sup>3</sup> Segundo a FIBGE, “como ocupação entende-se o emprego, cargo, função, profissão, etc. exercido durante a maior parte dos 12 meses anteriores à data de referência do Censo” (Censo Demográfico de 1991, Documentação dos Microdados, FIBGE, p.35).

dade urbana/metropolitana brasileira e, como tal, deveria ter evidências de reconhecimento social. Tratando-se de uma operação de representação social, com efeito, era-nos necessário produzir e utilizar critérios de classificação que guardassem coerência estatística, obedecendo aos constrangimentos técnicos e às definições práticas vigentes no sistema oficial de estatística: coerência cognitiva, traduzida em categorias que pudessem localizar os indivíduos nas posições ocupacionais que formam a divisão social do trabalho vigente na economia urbana/metropolitana brasileira, e cujo agrupamento representasse posições sociais ou classes de posições sociais que guardassem uma certa homogeneidade social, formando distintos *milieux sociaux*. Por último, que essas posições sociais apresentassem sinais de ressonância com os princípios segundo os quais a sociedade brasileira reconhece as distinções das hierarquias e diferenças sociais e políticas, conferindo “mandatos” a certos grupos ou “des-reconhecendo” a outros o “direito a ter mandatos”.<sup>4</sup>

A principal dificuldade residia nas condições distintas para a identificação de critérios claramente objetivos, sistemáticos e, sobretudo, legítimos, para o reconhecimento e a classificação da posição de cada categoria na hierarquia social.<sup>5</sup> A própria diferença de nomenclatura — *profissão* e *ocupação* — era um indicador do grau de dificuldade que iríamos enfrentar. Não poderíamos adotar o termo categoria socioprofissional, dado o baixo grau de estabilidade e de institucionalização de um grande número das ocupações arroladas.<sup>6</sup> Por outro lado, somente pudemos incluir em nossa classificação a população efetivamente ocupada, uma vez que o IBGE não identifica as ocupações daqueles que estão na inatividade, mas já trabalharam (os aposentados, os doentes etc.), e dos desempregados. A dificuldade referia-se à defasagem histórica entre o sistema de classificação ocupacional e as transformações da estrutura produtiva e do mercado de trabalho urbano brasileiros. Tal dificuldade tornou-se ainda maior em virtude da nossa necessidade de criar categorias que pudessem identificar as novas ocupações geradas pela globalização e reestruturação econômica.

Tendo reconhecidas essas dificuldades, partimos para agrupar as ocupações discriminadas no censo demográfico em categorias, procurando obedecer aos seguintes princípios de divisão arrolados:

- **Capital X Trabalho.** Trata-se, evidentemente, da principal divisão da sociedade capitalista. Na ausência de informações sobre os ativos econômicos utilizados para fins de acumulação, utilizamos como critério a distinção das ocupações empregado e empregador.
- **Grande X Pequeno Capital.** Sabemos que economia capitalista atual tem como uma das suas características a segmentação da estrutura produtiva entre as corporações capitalistas e os pequenos e microcapitalistas organizados em empresas muitas vezes familiares ou pessoais. Também por falta de outra informação, utilizamos o critério usado em trabalhos similares ao nosso, ou seja, a divisão entre os empregadores que mobilizam mais ou menos dez empregados.
- **Autonomia X Subordinação.** Encontramos nas grandes cidades brasileiras uma estrutura econômica com alto grau de diversificação com relação ao assalariamento, mobilizando contingentes expressivos da população. Com efeito, além do segmento capitalista, no qual prevalecem relações de assalariamento — formal e informal —, encontramos três modalidades de trabalho autônomo: aquele realizado na forma de empreendimentos individuais, mobilizando certo montante de ativo econômico, mas sem assalariamento, cujo produto se destina ao mercado (comércio varejista, unidades de prestação de serviços, representantes comerciais, pracistas, comerciante por conta-própria etc.); o trabalho cujo produto em grande parte é autoconsumido, integrando

**4** A nossa classificação foi fortemente influenciada pelas reflexões sociológicas feitas por A. Desroisières, A. Goy e L. Thévenot sobre as categorias socioprofissionais francesas. Ver Desroisières et al., 1983; Desroisières & Thévenot, 1992.

**5** nonono

**6** A relação entre o sistema de categorias socioprofissionais e a hierarquia social é forte em razão do grau de formalização do mundo do trabalho na França, traduzido em sindicatos e organizações profissionais, e da capacidade desses de desenvolverem lutas de construção e afirmação das identidades sociais que representam. Nessa lutas, são utilizadas as CSPs fabricadas pelo sistema estatístico francês nos anos 50, fazendo que a hierarquia social que ela traduz tenha forte grau de legitimidade social.

o setor da subsistência urbana; e, por último, o auto-emprego, integrado pelos segmentos daqueles que vendem seus serviços e produtos — os artesãos, os prestadores de serviços e os profissionais liberais — e as ocupações temporárias irregulares, muitas vezes ilegais, que integram o chamado *desemprego disfarçado*.

- **Manual X Não-Manual.** A adoção desse princípio expressa as óbvias separações da divisão técnica do trabalho que produziram, historicamente, no desenvolvimento do capitalismo, a distinção social entre *blue X white color*. Mesmo com toda a polêmica em torno da interpretação a respeito da natureza e dos impactos da transição produtiva, em que um dos epicentros são justamente as posições médias da estrutura ocupacional, acreditamos que na sociedade brasileira a divisão *manual X não-manual* ainda expresse posições ocupacionais hierarquicamente diferenciadas, cujos efeitos se prolongam para além das hierarquias técnica e salarial. Por um lado, em razão da própria estrutura produtiva gerada pela nossa industrialização tardia; por outro, por ainda prevalecerem representações que atribuem pouco valor social ao trabalho manual, talvez como consequência do nosso passado escravista, o *emprego em escritório* mantém-se como símbolo de distinção social.
- **Controle X Execução.** Trata-se, aqui, de um critério que visa identificar a hierarquia ocupacional entre as ocupações não-manaus, segundo o grau de maior ou menor responsabilidade.
- **Secundário X Terciário.** As ocupações manuais foram separadas segundo a sua inserção na esfera da produção ou da circulação (comércio e serviços). Acreditamos que o chamado *proletariado secundário* tende a formar uma posição social específica na estrutura social brasileira, por nele ser mais freqüente a existência de profissões que representam tradições fabris e organização sindical, as quais dotam as ocupações de maior grau de reconhecimento social.
- **Moderno X Tradicional.** No interior do *proletariado secundário*, as ocupações podem ser separadas segundo a sua inserção nos setores que fazem parte da chamada Segunda Revolução Industrial (petroquímica, metalurgia, bens de consumo duráveis etc.), nos quais, geralmente, prevalecem ocupações de maior qualificação, maior grau de proteção social, maiores níveis salariais e maior grau de sindicalismo.

Como resultado, chegamos a uma estrutura ocupacional composta por vinte e cinco categorias sócio-ocupacionais, agrupadas em oito grandes categorias:

- **Categoria Dirigente**

*Empresários*, reunindo os empregadores com dez ou mais empregados.

*Dirigentes do setor público*, formada pelas ocupações do alto escalão decisório no setor público, como ministros, magistrados e procuradores.

*Dirigentes do setor privado*, formada pelas ocupações de administradores de empresas dos setores de extração mineral, indústria, construção civil e empresas financeiras.

*Profissionais liberais*, formada pelas ocupações tradicionalmente definidas como de profissionais liberais (médicos, engenheiros, arquitetos, dentistas, advogados), empregadores e autônomos.<sup>7</sup>

- **Categoria Intelectual**

*Profissionais autônomos de nível superior*.

*Empregados de nível superior*.

- **Pequena Burguesia**

*Pequenos empregadores urbanos*, reunindo os empregadores com menos de dez empregados.

<sup>7</sup> Colocar essa categoria no grupo da elite dirigente deve-se à compreensão de que, no Brasil, (i) essas profissões foram historicamente exercidas pelos filhos da elite, (ii) são as profissões que melhor se organizaram como corporação e (iii) são identificadas como as de mais elevado *status social*. São, portanto, as ocupações que se estruturam em torno do controle e da valorização de um capital social. Nesse sentido, pareceu-nos pouco relevante a separação empregadores e conta-própria.

*Comerciantes por conta-própria*, que desenvolvem suas atividades em casa ou em empresas próprias.

• **Categoria Média**

*Trabalhadores em atividades de rotina*, formada pelas ocupações sem função decisória, tais como secretárias, auxiliares administrativos e auxiliares de escritório.

*Trabalhadores em atividades de supervisão*, formada por ocupações com algum poder de decisão, tais como assistentes de administração, corretores de imóvel e administradores do comércio.

*Técnicos e artistas*, formada pelas ocupações que requerem um conhecimento específico, tais como desenhistas, técnicos em contabilidade, caixas, técnicos em energia elétrica, programadores de computação, músicos e fotógrafos.

*Trabalhadores nas áreas de saúde e educação*, como professores de 1º grau e enfermeiras não diplomadas.

*Trabalhadores nas áreas de segurança pública, justiça e correios*, tais como investigadores de polícia, oficiais do corpo de bombeiros, praças das forças armadas e carteiros.

• **Proletariado do Secundário**

*Operários da indústria moderna*, formada pelos trabalhadores das indústrias metalúrgica, mecânica, de material elétrico, química, produção de petróleo e farmacêutica, entre outras, que envolvem trabalhadores com posição mais elevada entre o operariado, em razão de as ocupações exigirem maior qualificação, proporcionarem nível mais elevado de remuneração e de proteção social, e os trabalhadores apresentarem maior grau de organização corporativa.

*Operários da indústria tradicional*, formada pelos trabalhadores das indústrias dos demais ramos, exceto a construção civil.

*Operários dos serviços auxiliares*, formada pelos empregados nos setores de transportes, comunicação e serviços auxiliares.

*Operários da construção civil*, formada pelos trabalhadores em ocupações ligadas à construção civil, tais como mestres, ladrilheiros, pedreiros, pintores, serventes de pedreiro.

*Artesãos*, formada pelos trabalhadores autônomos nas ocupações de alfaiate, sapateiro, marceneiro, carpinteiro, estofador e ourives.

• **Proletariado Terciário**

*Trabalhadores do comércio*, formada pelas ocupações diretamente ligadas às atividades do comércio, tais como vendedores, operadores de caixa e pracistas.

*Prestadores de serviço especializado*, formada pelos trabalhadores autônomos em ocupações manuais que requerem um saber específico, tais como mecânicos, cabeleireiros etc., e os empregados de ocupações manuais nos setores de prestação de serviços, atividades sociais e administração pública.

*Prestadores de serviço não-especializado*, formada pelos empregados em ocupações de porteiro e vigia.

• **Subproletariado**

*Trabalhadores domésticos*.

*Ambulantes e biscateiros*, a última formada pelos feirantes, doceiros, quitandeiros, carroceiros e outras ocupações ambulantes, e pelos guardadores de automóvel, engraxates e trabalhadores braçais autônomos. Trata-se de uma categoria restrita aos autônomos sem nenhum saber específico, não correspondendo, portanto, à noção freqüentemente usada nos estudos sociológicos em que trabalhadores autônomos no setor da construção, por exemplo, são definidos como biscateiros.

- **Trabalhadores Agrícolas**

Formada por todas as ocupações agrícolas, exceto criador bovino, proprietário agropecuário e avicultor.

## A ESTRUTURA SOCIAL DAS METRÓPOLES: ANÁLISE COMPARATIVA

A Tabela 1 apresenta a composição da estrutura social das três grandes metrópoles brasileiras — Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte —, com base nas vinte e quatro categorias sócio-ocupacionais definidas anteriormente. A primeira evidência é a enorme semelhança na composição ocupacional das três metrópoles, o que não deixa de ser surpreendente, particularmente em relação a São Paulo, onde se esperava um perfil mais operário e maior presença da categoria dirigente. Nas três metrópoles, a categoria média aparece como a de maior peso relativo — entre 25% e 28% dos ocupados —, com destaque para os empregados de escritório, seguida pelo proletariado secundário — entre 21% e 26% dos ocupados — e pelo proletariado terciário — entre 22% e 25% dos ocupados —, este último com maior representação dos prestadores de serviço especializado. A ponta inferior da estrutura, compreendida pelo subproletariado, tem participação significativa na composição — entre 9% e 13% —, superior à participação das três categorias localizadas no extremo superior da hierarquia, em especial à da categoria dirigente, cujo percentual ficou em torno de 3%.

Verificadas as semelhanças na composição sócio-ocupacional das três metrópoles, algumas diferenças merecem ser destacadas na busca da compreensão do papel das particularidades históricas na estruturação do espaço social.

Entre as categorias dirigentes, nota-se uma maior participação dos empresários e dos dirigentes do setor privado em São Paulo, o que já esperávamos, em razão da posição que a metrópole ocupa como centro industrial do País. O que surpreende é o peso relativamente maior dos dirigentes do setor público em Belo Horizonte, com uma densidade 73% acima da média do conjunto das três metrópoles, superando o Rio de Janeiro, onde, pela sua história como capital federal, esperávamos uma presença bem mais elevada dessa categoria.

Em contraposição às categorias dirigentes, a categoria intelectual do Rio de Janeiro apresenta maior participação relativa em relação às demais regiões, refletindo a maior escolaridade da metrópole fluminense, resultado da forte concentração de instituições universitárias e da antiga situação de capital federal. A densidade relativa dos profissionais de nível superior empregados no Rio de Janeiro está 21% acima da média metropolitana. Já a pequena burguesia tem maior presença em Belo Horizonte, onde a densidade está 22% acima da média.

Entre as categorias médias, notamos uma participação ligeiramente superior dos empregados de escritório e de supervisão em São Paulo, e dos empregados da saúde e educação e os da segurança e correios no Rio de Janeiro. Essa diferenciação evidencia a importância do setor público no Rio de Janeiro, no que se refere a essas ocupações médias típicas do setor.

Embora o peso da categoria de operários, em seu conjunto, não apresente grandes diferenças entre as regiões, separadamente duas distinções merecem destaque: a maior presença dos operários da indústria moderna em São Paulo, com uma densidade relativa

36% acima da média metropolitana, e dos operários da construção civil em Belo Horizonte, cuja densidade ficou 32% acima da média.

Por fim, observamos uma menor presença do subproletariado em São Paulo, sendo que, no Rio de Janeiro, são os ambulantes e biscoateiros que aparecem com o peso acima das demais metrópoles e, em Belo Horizonte, são os trabalhadores domésticos que estão nessa posição.

Tabela 1 – Estruturas sociais das metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, 1991

Categorias sócio-ocupacionais	Distribuição por região metropolitana (%)				Densidade relativa		
	RMRJ	RMSP	RMBH	TOTAL	RMRJ	RMSP	RMBH
Categoria Dirigente	2,6	3,3	2,8	3,0	0,87	1,10	0,93
Empresários	1,0	1,4	1,2	1,3	0,77	1,15	0,97
Dirigentes públicos	0,3	0,2	0,4	0,2	1,16	0,73	1,73
Dirigentes privados	0,7	1,0	0,6	0,8	0,81	1,19	0,69
Profissionais liberais	0,7	0,7	0,6	0,7	1,00	1,03	0,86
Categoria Intelectual	6,0	4,5	4,7	5,0	1,20	0,89	0,94
Profissionais sup. autônomo	0,3	0,3	0,3	0,3	1,03	1,00	0,90
Profissionais sup. empregado	5,7	4,2	4,5	4,7	1,21	0,88	0,95
Pequena Burguesia	4,0	4,7	5,6	4,6	0,87	1,03	1,22
Pequenos empregadores	2,4	3,0	3,2	2,8	0,86	1,05	1,14
Comerciantes por conta própria	1,5	1,7	2,4	1,8	0,88	0,99	1,36
Categoria Média	27,2	28,4	25,2	27,6	0,98	1,03	0,91
Empregados de escritório	10,4	13,2	11,1	12,0	0,87	1,10	0,93
Empregados de supervisão	5,4	6,9	5,5	6,2	0,86	1,11	0,89
Técnicos e artistas	3,7	3,4	3,4	3,5	1,06	0,97	0,96
Empregados na saúde e educ.	4,6	3,8	3,7	4,1	1,12	0,95	0,90
Empregados just. segur. correios	3,1	1,1	1,6	1,8	1,70	0,60	0,85
Proletariado Secundário	21,1	25,7	24,7	24,0	0,88	1,07	1,03
Operários da indústria moderna	3,4	8,6	4,2	6,3	0,54	1,36	0,66
Operários da indústria tradicional	3,9	5,4	5,3	4,9	0,81	1,10	1,09
Operários de serviços auxiliares	4,8	3,7	4,3	4,1	1,16	0,89	1,04
Operários da construção civil	6,8	6,5	9,1	6,9	0,98	0,94	1,32
Artesãos	2,1	1,6	1,9	1,8	1,18	0,88	1,04
Proletariado Terciário	25,2	23,1	22,9	23,8	1,06	0,97	0,96
Empregados no comércio	7,8	7,4	7,6	7,5	1,03	0,98	1,01
Servidores especializados	12,2	11,2	10,3	11,4	1,07	0,98	0,90
Servidores não-especializados	5,2	4,6	4,9	4,8	1,08	0,95	1,02
Subproletariado	12,8	9,1	12,3	10,8	1,19	0,85	1,14
Trabalhadores domésticos	8,7	6,4	9,6	7,6	1,15	0,85	1,26
Ambulantes e biscoateiros	4,0	2,7	2,7	3,2	1,28	0,86	0,86
Agricultores	1,1	1,1	1,7	1,2	0,95	0,93	1,44
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1,00	1,00	1,00

Fonte: Censo Demográfico de 1991

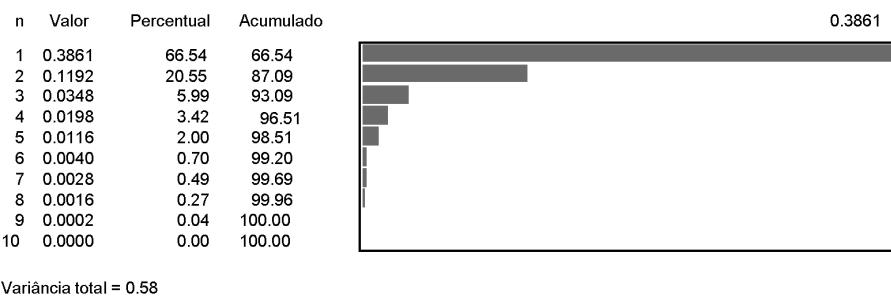
## OCUPAÇÃO, RENDA E ESCOLARIDADE: AS POSIÇÕES SOCIAIS

**8** Utilizamos como proxy do capital escolar os anos de estudo da população ocupada, e do capital econômico, a renda nominal total, que é o somatório de todas as rendas de cada pessoa ocupada.

Procuramos, a seguir, identificar os princípios segundo os quais se organiza o espaço social das três metrópoles. Utilizamos, para tanto, indicadores que nos permitissem avaliar a existência de posições sociais definidas segundo a distribuição desigual do volume e composição do capital econômico e escolar entre as categorias sócio-ocupacionais.<sup>8</sup> Empregamos as técnicas de análise fatorial por correspondência binária, seguidas da classificação hierárquica ascendente, mediante a qual buscamos identificar agrupamentos de posições sociais. O ponto de partida foi uma tabela de contingência das categorias sócio-ocupacionais segundo as variáveis de instrução e renda. Para a instrução, utilizamos cinco faixas: (i) sem instrução (EducA); (ii) de 4 a 7 anos de estudos (EducB); (iii) de 8 a 11 anos (EducC); (iv) de 12 a 15 anos (EducD); e (v) acima de 16 anos (EducE). Para a renda, foram seis faixas: (i) até 1 salário mínimo (Ren1); (ii) de 1 a 2 salários (Ren1a2); (iii) de 2 a 5 salários (Ren2a5); (iv) de 5 a 10 salários (Ren5a10); (v) de 10 a 20 salários (Ren10a20), e (vi) mais de 20 salários (Ren+20).

Encontramos dois fatores principais que sintetizam os princípios de organização do espaço social das três metrópoles, uma vez que são responsáveis por um pouco mais de 87% da variância total, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Valores próprios dos fatores



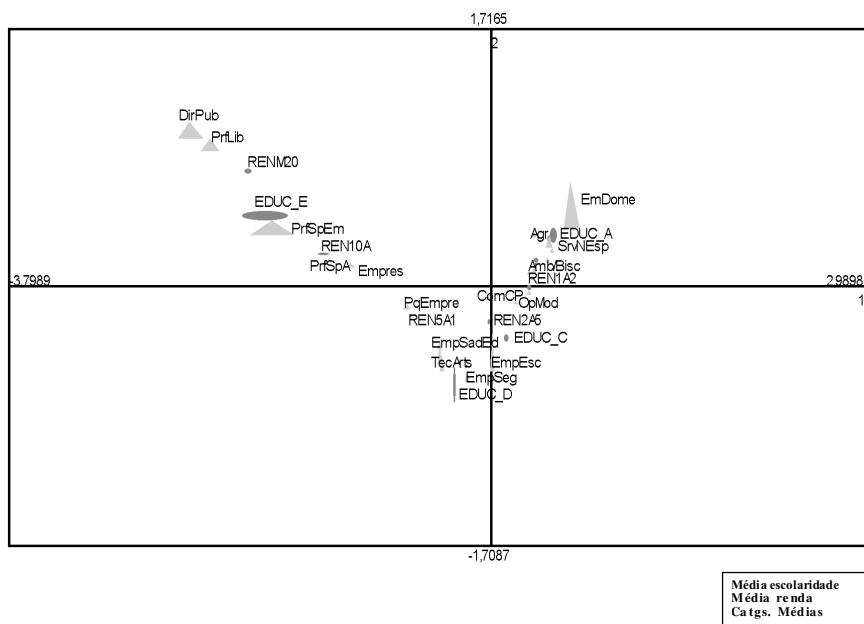
O primeiro fator é formado pelas diferenças entre as categorias sócio-ocupacionais no que concerne ao volume dos capitais econômico e escolar. Com efeito, os indicadores que mais contribuem para a formação do fator 1 são os da alta escolaridade (EducE) e os da alta renda (Ren+20 e Ren10a20), responsáveis por quase 68,6% da variância, contrapostos aos de baixa renda (Ren1) e baixa escolaridade (EducA), cujas contribuições para a formação do fator 1 somam 17,5%.<sup>9</sup>

Os detentores de grande parcela do capital global, como os empresários e os possuidores de diplomas universitários, opõem-se àqueles que detêm as menores parcelas do capital econômico e escolar, como os subproletários e os proletários da indústria e do terciário. Trata-se de um resultado até certo ponto banal, já que, sendo o sistema de classificação adotado — baseado nas ocupações — uma hierarquia socioeconômica fundada na produção e gestão da riqueza, é de esperar que os atributos requeridos para que os indivíduos assumam cada posição sejam determinados pelo volume total de capital de que cada um dispõe. Aqueles que ocupam as posições mais superiores da hierarquia social, correspondentes às categorias dirigente e intelectual, dispõem das maio-

**9** Ver Anexo “Indicadores dos 2 primeiros fatores da análise fatorial”.

res parcelas do capital escolar e do capital econômico, e, ao contrário, as categorias mais inferiores (trabalhadores domésticos, biscoateiros, ambulantes e prestadores de serviços) são preenchidas por indivíduos com as menores parcelas do capital total. Em resumo, trata-se de um resultado esperado, dadas as inerentes desigualdades sociais existentes em uma sociedade de classe. Observamos, porém, algo que parece expressar uma característica da sociedade brasileira: a enorme distância que separa as elites econômica e intelectual do restante das outras posições sociais que compõem o espaço social das metrópoles. O Gráfico 2 mostra a distribuição simultânea das categorias sócio-ocupacionais (triângulos) e das variáveis de instrução e renda (círculos) utilizadas na análise factorial, sendo que o tamanho das figuras é proporcional às respectivas contribuições para a formação do fator 1.

Gráfico 2 – Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte – Posições ocupacionais e distribuição dos capitais econômico e escolar



As categorias ocupacionais superiores ocupam posições fortemente excêntricas no espaço social das metrópoles, o que expressa a enorme desproporção entre a parcela do capital total detida pelos dirigentes do setor privado, profissionais liberais, dirigentes do setor público e profissionais de nível superior e as outras categorias.<sup>10</sup> A principal hierarquia social das metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte não é, portanto, uma escala contínua, indo das posições com menor volume de capital até as de maior, obedecendo a diferenças monótonas. De fato, parece haver duas escalas. A primeira, indo da baixíssima renda e escolaridade até a renda de 5 a 10 salários mínimos. Essas posições são responsáveis por cerca de 31,4% da variância total do fator 1, e as diferenças de coordenadas são mais ou menos monótonas. A partir desse limite, há uma descontinuidade, pois os outros três indicadores — EducE, Ren+20 e Ren10A20 — são responsáveis por 68,6% da variância.

A hierarquia social das três metrópoles, segundo a distribuição do volume do capital econômico e escolar pelos grupos ocupacionais, está apresentada a seguir.

**10** Esse resultado é semelhante ao obtido por alguns trabalhos sobre a desigualdade na distribuição da renda no Brasil. Por exemplo, Paes et al. (1997), ao compararem Brasil, Estados Unidos, Japão, Hungria, Argentina e México, concluem: "...as desigualdades de renda no Brasil concentram-se na cauda superior da distribuição, isto é, a principal diferença na distribuição nos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos encontra-se na cauda superior da distribuição. Assim, se a renda dos 10% mais ricos nos diversos países não fosse levada em consideração, observaríamos um grau de desigualdade similar na América Latina e nos Estados Unidos". Finalmente, vale ressaltar que essas diferenças entre Brasil, Estados Unidos e Japão são também válidas quando se compara a América Latina com os Estados Unidos e o Japão; a diferença é que no caso do Brasil os contrastes são bem mais acentuados" (p.25).

Quadro 1 – Hierarquia das categorias sócio-ocupacionais do conjunto das metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, segundo o volume de capital econômico e escolar (Fator 1)

---

Dirigente do setor público
Dirigente do setor privado
Profissionais liberais
Profissionais de nível superior empregado
Profissionais de nível superior autônomo
Empresários
Pequenos empregadores urbanos
Empregados da saúde e educação
Empregados de supervisão
Técnicos e artistas
Empregados da segurança, justiça e correios
Comerciantes por conta-própria
Empregados de escritório
Empregados do comércio
Operários da indústria moderna
Operários dos serviços aux. economia
Ambulantes/biscateiros
Prestadores de serviços especializados
Trabalhadores da agricultura
Artesãos
Operários da indústria tradicional
Operários da construção civil
Prestadores de serviços não-especializados
Empregadas domésticas

---

A partir do Quadro 1, podemos afirmar que, de maneira geral, há uma estreita relação entre posição ocupacional e distribuição do volume de capital econômico e escolar. No entanto, vale a pena destacar os casos em que essa relação não é tão evidente, causando algumas surpresas na ordem hierárquica resultante da análise. A primeira é o lugar alcançado pelos empresários, abaixo das demais categorias que compõem as categorias dirigente e intelectual. Esse fato se deve ao menor volume de capital escolar acumulado por eles. A segunda surpresa é a posição dos ambulantes e biscateiros, acima da dos prestadores de serviços especializados, dos artesãos, dos operários da indústria tradicional e da construção civil que, a princípio, agrupam ocupações com maior estabilidade de renda e que exigem maior qualificação.

Comparando a hierarquia das categorias sócio-ocupacionais identificadas para cada uma das metrópoles,<sup>11</sup> encontramos algumas diferenças de posição, evidenciadas no Quadro 2. No geral, Rio de Janeiro e Belo Horizonte apresentam hierarquias sociais semelhantes, ficando as maiores diferenças em São Paulo. A primeira diferença diz respeito aos operários dos serviços auxiliares e aos prestadores de serviços especializados, que se encontram, no que se refere ao volume de capital, numa posição inferior em São Paulo. Em contrapartida, os trabalhadores agrícolas e os empregados da saúde e educação encontram-se em posições superiores nessa metrópole, frente às demais. Nas três metrópoles, os trabalhadores domésticos ocupam a posição mais inferior da hierarquia social.

<sup>11</sup> As hierarquias foram obtidas pela projeção das categorias de cada uma das metrópoles e as suas respectivas distribuições da população ocupada pelas faixas de renda e escolaridade, no espaço fatorial formado pelos dois primeiros fatores da análise realizada para o conjunto das três metrópoles.

Quadro 2 – Hierarquia das categorias sócio-ocupacionais nas metrópoles do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, segundo o volume de capital econômico e escolar (Fator 1)

Rio de Janeiro	São Paulo	Belo Horizonte
Dirig. setor privado	Dirig. setor privado	Dirig. setor privado
Dirig. setor público	Dirig. setor público	Dirig. setor público
Prof. liberais	Prof. liberais	Prof. liberais
Prof. sup. empregados	Prof. sup. empregados	Prof. sup. empregados
Prof. sup. autônomos	Prof. sup. autônomos	Empresários
Empresários	Empresários	Prof. sup. autônomos
Peq. empregadores	Peq. empregadores	Peq. empregadores
Técnicos e artistas	Empreg. saúde educ.	Empreg. supervisão
Empreg. supervisão	Empreg. supervisão	Técnicos e artistas
Empreg. saúde educ.	Técnicos e artistas	Empreg. saúde educ.
Empreg. seg. jus. cor.	Empreg. seg. jus. cor.	Empreg. seg. jus. cor.
Empreg. escrit.	Comer. conta-própria	Empreg. escrit.
Comer. conta-própria	Empreg. escrit.	Comer. conta-própria
Empreg. comércio	Empreg. comércio	Empreg. comércio
Oper. serv. aux.	Oper. ind. moderna	Oper. ind. moderna
Oper. ind. moderna	Trab. agríc.	Oper. serv. aux.
Ambul./bisc.	Ambul./bisc.	Artesãos
Prest. serv. esp.	Artesãos	Prest. serv. esp.
Artesãos	Oper. serv. aux.	Ambul./bisc.
Trab. agríc.	Prest. serv. esp.	Trab. agríc.
Oper. ind. trad.	Oper. constr. civ.	Oper. ind. trad.
Prest. serv. não-esp.	Oper. ind. trad.	Oper. constr. civ.
Oper. constr. civ.	Prest. serv. não-esp.	Prest. serv. não-esp.
Trab. domést.	Trab. domést.	Trab. domést.

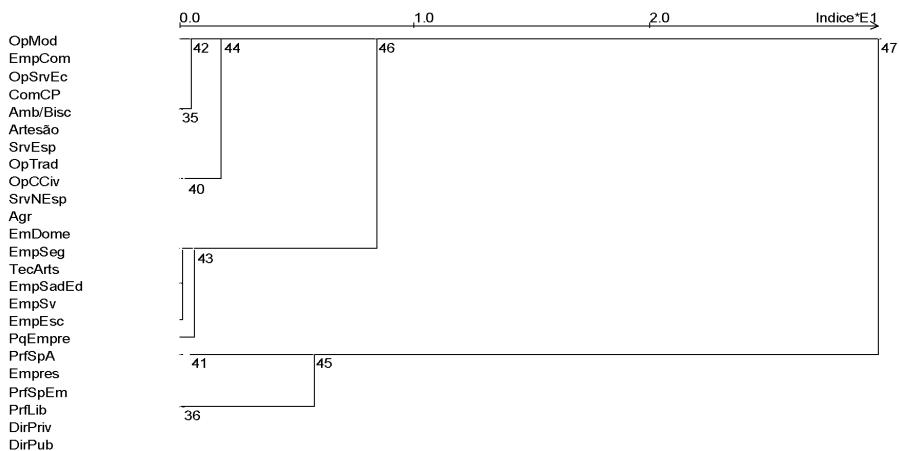
O fator 2 expressa a dualidade homogeneidade X heterogeneidade na distribuição do capital educacional. Com efeito, os indicadores que contribuem mais decisivamente para sua formação são, de um lado, os de alta e baixa escolaridade (EducE e EducA), com 47%, que correspondem às categorias homogeneousmente superiores ou inferiores quanto ao nível de instrução; de outro, os de média escolaridade (EducC e EducD), com 25,7% de contribuição e associados às categorias mais heterogêneas em relação ao nível educacional. Nesse eixo, as categorias que mais estão em relação de polarização são, de um lado, os trabalhadores domésticos, os operários da construção civil, os dirigentes do setor público, os profissionais liberais e os empregados de nível superior; e, de outro, as categorias médias e os pequenos empregadores urbanos.

## POSIÇÃO SOCIAL E DIFERENCIADAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Nesta parte do trabalho, descreveremos os resultados do agrupamento das categorias sócio-ocupacionais em classes de posições sociais, segundo os resultados obtidos na análise fatorial. Utilizamos, para tanto, a técnica de classificação hierárquica ascendente,<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Trata-se de uma das técnicas de formação de conglomerados (*Cluster Analysis*), a qual se caracteriza pela identificação de classes hierarquicamente relacionadas segundo as distâncias e proximidades entre as variáveis.

tendo como elemento classificador as coordenadas verificadas nos fatores 1 e 2, ou seja, as categorias sócio-ocupacionais foram agrupadas segundo suas posições na hierarquia da distribuição do volume de capital e no eixo homogeneidade/heterogeneidade da distribuição do capital escolar. Tal procedimento nos permite testar em que medida o agrupamento das categorias, segundo a homogeneidade de suas posições na estrutura produtiva, corresponde à hierarquia da distribuição do capital econômico e do capital escolar. O resultado da classificação está expresso no dendrograma que segue.



Examinando a árvore de classificação das categorias, identificamos uma primeira divisão em dois grandes grupos (nó 47), a qual expressa a dualidade das posições superiores de controle econômico e social e o restante das ocupações, ou seja, as categorias de dirigentes dos setores privado e público, profissionais liberais, profissionais de nível superior e empresários formam uma classe de posições dos que mantêm o controle sobre as decisões da estrutura de produção e gestão. No seu interior, podemos distinguir a existência da subdivisão entre, de um lado, os dirigentes dos setores público e privado e os profissionais liberais, e, de outro, os empresários e profissionais de nível superior. Trata-se da dualidade volume de capital X composição (nó 45), os segundos ocupando posição de maior parcela de capital econômico do que escolar, ou vice-versa. A segunda divisão (nó 46) é a reunião de três subconjuntos: a categoria dos pequenos empregadores urbanos (nó 43), que ocupa posição intermediária entre a extrema superior e o restante das categorias, mas que se junta às categorias médias não-manaus (empregados de escritório, empregados de supervisão, empregados de saúde e educação, os técnicos e artistas e empregados da segurança, justiça e correios) e ao conjunto dos trabalhadores manuais. A não-inclusão da categoria dos pequenos empregadores urbanos na classe dos dirigentes econômicos e intelectuais expressa a distância econômica e escolar entre esses dois grupos de *proprietários* de capital.

A terceira divisão surge com a separação, na classe dos trabalhadores manuais, entre trabalho não-qualificado X qualificado (nó 44), reunindo, de um lado, os operários da construção civil, prestadores de serviços não-especializados e os trabalhadores da agricultura, e, de outro, o conjunto dos outros trabalhadores manuais. Notamos a separação, nessa classe, dos ambulantes e biscoiteiros, o que provavelmente decorre de essa categoria possuir uma situação mais homogênea no que concerne à distribuição do capital escolar.

Essas três divisões resultam em seis classes de posições sociais distintas. Buscaremos, a seguir, avaliar em que medida essas classes correspondem a diferenciações sociodemograficas.

gráficas da população metropolitana ocupada, utilizando, para tanto os atributos de raça, sexo e tipo familiar. Partimos do pressuposto de que tais atributos, ao mesmo tempo em que são condicionados pela sua posição na estrutura produtiva, atuam sobre os mecanismos de inserção e mobilidade nessa estrutura e de acessibilidade ao capital econômico e escolar. O grau de correspondência entre as classes e os atributos sociodemográficos será testado por meio dos indicadores: (i) pessoas ocupadas negras e pardas; (ii) pessoas ocupadas do sexo feminino, e (iii) pessoas ocupadas vivendo em arranjos familiares dos tipos: família nuclear, família composta e família unipessoal.

As seis classes podem ser assim definidas:

*Posição I* - Alto volume de capital, com composição equilibrada entre as frações econômica e escolar. Classe formada pelos dirigentes do setor público e privado e pelos profissionais liberais (empregadores ou autônomos).

*Posição II* - Alto volume de capital, com composição desequilibrada em favor do capital econômico, no caso dos empresários; ou do capital escolar, no caso dos profissionais de nível superior.

*Posição III* - Médio volume de capital, com composição desequilibrada em favor do capital econômico, formada pelos pequenos empregadores urbanos.

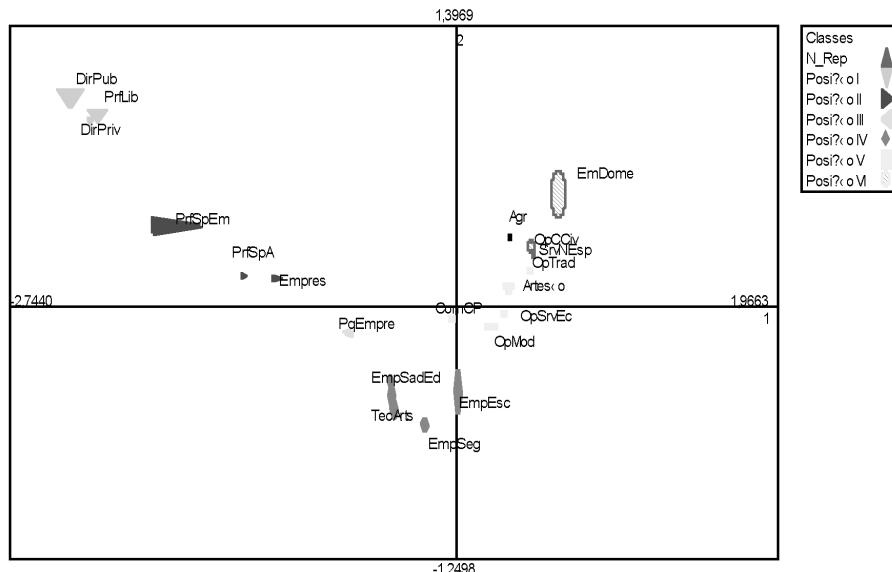
*Posição IV* - Médio volume de capital com composição equilibrada. Classe formada pelos empregados em ocupações de nível médio.

*Posição V* - Baixo volume de capital, com composição desequilibrada. Classe formada pelos trabalhadores manuais qualificados — operários da indústria e dos serviços auxiliares à atividade econômica e artesãos, pelos empregados do comércio e comerciantes por conta-própria e pelos ambulantes/biscateiros.

*Posição VI* - Baixo volume de capital, com composição equilibrada. Classe formada pelos trabalhadores manuais sem qualificação: trabalhadores domésticos, prestadores de serviços não-especializados, operários da construção civil e trabalhadores da agricultura.

O Gráfico 3 mostra os lugares ocupados no espaço fatorial por essas posições sociais.

Gráfico 3 – Lugares ocupados no espaço fatorial por posições sociais



Vejamos, então, o grau de correspondência entre as seis posições e os atributos sociodemográficos das pessoas classificadas em cada uma delas. A Tabela 3 nos mostra que, dos três atributos selecionados, apenas o racial apresenta elevada diferenciação entre as seis posições. É impressionante a diferença do peso dos segmentos negros e pardos entre as duas posições extremas do espaço social: para o conjunto das metrópoles, o percentual deles na posição VI (48,8%) é seis vezes maior do que na posição I (7,9%), ou seja, há uma estreita associação entre hierarquia social, distribuição do capital econômico e escolar e diferenciação étnico-racial da população ocupada. É possível que essa estreita associação seja o resultado da discriminação étnico-racial atuando na distribuição desigual das oportunidades de escolaridade e renda, tendo como consequência a segregação ocupacional dos trabalhadores negros e pardos. É possível, também, que estejamos diante de um processo circular, no qual a segregação ocupacional dos negros e pardos atue visando diminuir suas oportunidades de obtenção do capital escolar e econômico, e que tal desigualdade atue visando a manutenção da sua segregação ocupacional.

A comparação do perfil étnico-racial das posições entre as três metrópoles também aponta algumas diferenças relevantes. Em São Paulo, observamos uma menor presença relativa de negros e pardos em todas as posições sociais. Chama a atenção o fato de a posição I, que corresponde às categorias com maior acúmulo de capital econômico e escolar, concentrar, nessa metrópole, um contingente de negros e pardos 50% menor do que no conjunto das três metrópoles. Já em Belo Horizonte, observamos exatamente o contrário: há maior presença relativa de negros e pardos em todas as posições sociais, com destaque para o fato de, na posição I, esse contingente ser 77% maior do que no conjunto das metrópoles. Podemos concluir que na metrópole paulista há uma relação mais estreita entre hierarquia social e diferenciação racial-étnica na estrutura social. Curiosamente, é na metrópole mais desenvolvida industrialmente, onde, a princípio, o espaço social é mais heterogêneo, que encontramos tal relação, enquanto na menos desenvolvida — Belo Horizonte —, a associação entre diferenciação racial e hierarquia social é mais tênue.

Não há uma associação nítida entre hierarquia social e grau de feminilização das ocupações, apesar de constatarmos que as posições mais inferiores apresentam uma maior taxa de participação das mulheres, porém, não de forma tão acentuada como no caso da participação da população negra. A mais alta presença feminina se verifica nas ocupações não-manais de nível médio, em razão da feminilização das ocupações de rotina em escritório e dos serviços de saúde e educação. Por outro lado, as posições destacadamente masculinizadas são III e V, ou seja, as que se referem ao mundo da *pequena-burguesia* e ao  *mundo operário*. Podemos especular que as duas dimensões das desiguais relações de gênero atuem na explicação do fenômeno. A primeira posição, como vimos, define-se essencialmente pela possessão de um capital econômico, recurso que certamente é controlado pelos homens no nível familiar. A posição V, por sua vez, é composta por ocupações *profissionais*, algumas semelhantes ao *métier*, que exigem qualificação e nas quais têm forte presença relações de assalariamento formal. As desigualdades entre homens e mulheres no acesso aos recursos necessários para ocupar essa posição — escolaridade e trajetória no *meio fabril* — e a priorização, pelos patrões, do homem na escolha dos trabalhadores devem funcionar como mecanismos de seleção sexual. Por fim, observamos que as três metrópoles apresentam um quadro bastante semelhante, no que se refere ao grau de feminilização das posições sociais.

A família nuclear é a forma predominante nas três regiões metropolitanas, independentemente da posição social, embora observemos algumas diferenças não-desprezíveis.

Podemos identificar certa homogeneização das posições I, II e III, nas quais os percentuais de incidência da família nuclear são bastante próximos, mas superiores à média nacional que se situa em torno de 70%, enquanto nas duas últimas posições se verificam percentuais inferiores. Por outro lado, a presença da família estendida é relativamente maior nas posições inferiores, sendo que na VI alcança um percentual quase duas vezes maior do que o verificado na posição I. A família unipessoal tem maior incidência nas posições superiores I e II, embora a posição VI se destaque entre as inferiores com um percentual bem superior (4,9%). Os dados indicam, portanto, diferenças não-desprezíveis de modernização entre as posições sociais, sendo que, no que diz respeito à família unipessoal, podemos estar diante do duplo processo de modernização/marginalização, pois, de um lado, a presença maior desse tipo familiar na posição superior deve estar expressando a escolha, por esse segmento, de novas formas e estilo de vida, enquanto, por outro, na posição mais inferior, pode ser o resultado do isolamento e da desestruturação da vida social daqueles que exercem ocupações precárias e têm pequeno acesso ao capital escolar e econômico.

Tabela 3 – Diferenciação das posições sociais do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte

Posições	Negros e pardos	Sexo femin.	Família nuclear	Família estend.	Família composta	Família unipes.
SP - RJ - BH						
I	7,9	33,9	76,0	13,7	4,0	6,4
II	13,1	34,2	74,0	16,1	4,4	5,4
III	17,5	22,0	75,6	17,9	3,6	2,9
IV	30,6	41,0	69,7	23,0	4,0	3,3
V	44,2	28,8	67,6	25,4	3,9	3,0
VI	48,8	33,0	64,2	26,6	4,3	4,9
São Paulo						
I	4,2	33,5	77,0	13,1	3,6	6,3
II	8,4	34,0	75,2	15,2	4,2	5,3
III	11,7	22,0	76,2	17,6	3,2	2,8
IV	21,1	42,0	71,0	22,2	3,6	3,3
V	32,4	31,2	68,4	25,3	3,6	2,6
VI	40,6	31,7	64,6	26,0	4,5	4,7
Rio de Janeiro						
I	11,0	35,0	73,2	15,4	4,4	7,0
II	17,1	33,7	71,7	17,5	4,9	5,8
III	22,7	20,4	73,7	18,8	4,2	3,2
IV	37,8	40,6	67,6	24,3	4,3	3,6
V	51,1	30,6	66,6	26,2	3,7	3,3
VI	61,0	28,6	65,3	26,5	3,0	5,0
Belo Horizonte						
I	14,0	34,2	79,3	11,3	4,2	5,1
II	22,7	36,4	75,0	16,0	4,4	4,9
III	30,4	25,0	76,4	16,6	4,1	2,8
IV	46,1	42,1	70,7	22,0	4,4	2,9
V	59,4	30,6	70,1	24,0	3,5	2,3
VI	68,2	32,8	67,5	25,3	4,0	3,1

Fonte: Censo Demográfico de 1991

Tabela 4 – Densidades relativas das variáveis de diferenciação social das sociais do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte

Posições	Negros e pardos	Sexo femin.	Família nuclear	Família estend.	Família composta	Família unipes.
<b>São Paulo</b>						
I	0,53	0,99	1,01	0,96	0,90	0,98
II	0,64	0,99	1,02	0,94	0,95	0,98
III	0,67	1,00	1,01	0,98	0,89	0,97
IV	0,69	1,02	1,02	0,97	0,9	1,00
V	0,73	1,08	1,01	1,00	0,92	0,87
VI	0,83	0,96	1,01	0,98	1,05	0,96
<b>Rio de Janeiro</b>						
I	1,39	1,03	0,96	1,12	1,10	1,09
II	1,31	0,99	0,97	1,09	1,11	1,07
III	1,3	0,93	0,97	1,05	1,17	1,10
IV	1,24	0,99	0,97	1,06	1,08	1,09
V	1,16	1,06	0,99	1,03	0,95	1,10
VI	1,25	0,87	1,02	1,00	0,70	1,02
<b>Belo Horizonte</b>						
I	1,77	1,01	1,04	0,82	1,05	0,80
II	1,73	1,06	1,01	0,99	1,00	0,91
III	1,74	1,14	1,01	0,93	1,14	0,97
IV	1,51	1,03	1,01	0,96	1,10	0,88
V	1,34	1,06	1,04	0,94	0,90	0,77
VI	1,40	0,99	1,05	0,95	0,93	0,63

Fonte: Censo Demográfico de 1991

## CONCLUSÕES

Os resultados do nosso trabalho indicam a existência de fortes associações entre a hierarquia das posições ocupacionais e a hierarquia das posições dos ocupados na escala de distribuição do capital escolar e econômico.

Como explicar a relação entre as diferenças de distribuição do capital e a hierarquia ocupacional? Reflete apenas a *natural* desigualdade de oportunidades em uma sociedade capitalista, portanto baseada na exploração do trabalho? Em que medida as enormes distâncias sociais em termos educacionais e de renda podem estar expressando outros mecanismos de apropriação, pelas elites, das oportunidades de acesso aos dois recursos fundamentais em uma sociedade moderna: a escolaridade e a renda?

A distância entre as elites dirigente e intelectual e o restante das categorias sociais sugere a existência, nas metrópoles brasileiras, da prevalência de algo semelhante ao que M. Weber chamou de *enclausuramento excludente* (1979, p.276), fundado no monopólio da propriedade econômica e do diploma. Com efeito, Weber descreve com esse conceito a situação de controle que determinados grupos exercem sobre a entrada de novos membros, por serem inferiores e inelegíveis ou pela ausência de atributos habilitadores, tais como títulos de propriedade ou diplomas escolares. Isso institui um certo número de atributos físicos e sociais como justificativa da exclusão, podendo ser, para Weber, a raça, a língua, a religião, a origem social. Qualquer que seja o critério, o enclausuramento exclu-

dente permite subtrair determinados grupos da distribuição de oportunidades e, concomitantemente, do exercício do monopólio.

Vários autores têm retomado o conceito de *enclausuramento excludente* para repensar as relações de classes nas sociedades capitalistas contemporâneas. Parkin (1988) propõe dois modelos: a exclusão e a usurpação. A exclusão pode concretizar-se por mecanismos coletivos — raça, religião, origem social —, ou por mecanismos individuais: propriedade da terra, *credencialismo* do tipo diploma, nomenclatura etc. As formas individualistas de exclusão baseiam-se na proteção das vantagens e são menos eficientes do que as formas coletivas na transmissão das vantagens para as outras gerações. É possível imaginar que o sistema político seja um dos mecanismos de credenciamento, uma vez que entrar nele é entrar em relações baseadas em regimes de clientelas.

O *enclausuramento* pode materializar-se pela exclusão de grupos sociais de certas ocupações e, por esse motivo, produz-se a sua exclusão do acesso a recompensas, recursos, poder e oportunidades. Portanto, a segregação ocupacional baseada no gênero, na cor, na idade, ou em mecanismos individuais — credenciamento — pode ser uma das formas de realização do sistema de enclausuramento.

O sistema do *enclausuramento* deve legitimar-se, ou por meio dos seus mecanismos (discriminação sexual e racial) ou de um código de exclusão. Aqui pode ganhar interesse a idéia de Bourdieu das surdas injunções, que excluem certos grupos de espaços (ou de ocupações) sem que eles apareçam na superfície social.

O *enclausuramento excludente* no Brasil não seria mantido por uma ordem jurídica, como previa Weber, mas pelo forte controle exercido, pelas elites, na distribuição das oportunidades de acesso à propriedade e à qualificação sancionada pelos diplomas. No Brasil, portanto, ainda não ocorreu o processo de destruição dos antigos mecanismos de afastamentos excludentes, próprios das sociedades anteriores ao capitalismo, como ocorreu nos países desenvolvidos, sobretudo os europeus, pela expansão dos princípios republicanos de igualdade e justiça. Nesses países, os *enclausuramentos* passam a ser organizados por processos mais sutis, como mostra P. Bourdieu.

## ANEXO

Indicadores dos 2 primeiros fatores da análise fatorial

	Fator 1			Fator 2		
	Coord.	Cor.	Ctr.	Coord.	Cor.	Ctr.
EDUC_E	-1,774	0,900	0,458	0,464	0,062	0,102
REN10A	-1,306	0,895	0,115	0,212	0,024	0,010
RENM20	-1,907	0,693	0,113	0,765	0,112	0,059
EDUC_A	0,495	0,667	0,110	0,337	0,309	0,166
REN1	0,471	0,512	0,065	0,308	0,219	0,090
REN5A1	-0,612	0,745	0,056	-0,194	0,075	0,018
REN1A2	0,307	0,739	0,032	-0,008	0	0
EDUC_B	0,360	0,444	0,028	0,173	0,103	0,021
EDUC_D	-0,272	0,131	0,019	-0,657	0,765	0,368
EDUC_C	0,130	0,095	0,004	-0,339	0,651	0,091
REN2A5	-0,004	0	0	-0,235	0,627	0,074

**Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro**, formado em administração pública, é professor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: cesar@ippur.ufrj.br

**Luciana Corrêa do Lago**, arquiteta, é professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: luciana@ippur.ufrj.br

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- DESROSIÈRES, A., GOY, A., THÉVENOT, L. "L'identité sociale dans le travail statistique. La nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles". In: *Pour une histoire de la statistique*, Tome 1/contribuitions. Paris: Economica, s.d.
- \_\_\_\_\_. "L'identité sociale dans le travail statistique. La nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles". *Economie et Statistique*, INSEE, 1983.
- DESROSIÈRES, A., THÉVENOT, L. *Les catégories socioprofessionnelles*. Paris: La Découverte, 1992.
- HAMNETT, C. "Les changements socio-économiques à Londres". *Sociétés Contemporaines*, n.22/23, juin/ sept.1995.
- JORGE, A. F. et al. *Categorias sócio-ocupacionais. Uma perspectiva para análise de força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil*. s.d. (Mimeoogr.).
- JORGE, A. F. et al. *Categorias sócio-ocupacionais: Uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil*. Departamento de Estudos e Indicadores Sociais (Deiso), 1985 (Mimeoogr.).
- MALOUTAS, T. "Ségrégation et relations familiales dans deux villes grecques: Athènes et Volos". *Sociétés Contemporaines*, n.22/23, juin/ sept. 1995.
- MOLLENKOPF, J. H., CASTELLS, M. *Dual city: restructuring New York*. New York: Russell Sage Foundation, 1991.
- PAES E BARROS, R., MENDONÇA, R., DUARTE, R. *Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Texto para Discussão nº. 454, IPEA, 1997.
- PARKIN, F. *Marxism and class theory. A bourgeois critique*. London: Tavistock Publications, s.d.
- PRETECEILLE, E. "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, L. C. de Q., SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (Org.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana — O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.
- SASSEN, S. *The global cities: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991. 354p.
- SILVA, N. do V. *Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação do mercado de trabalho no Brasil*. s.d.(a.) (Mimeoogr.)
- \_\_\_\_\_. *Posição social das ocupações*. Centro de Informática. 1973. (Mimeoogr.).
- \_\_\_\_\_. *Categorias ocupacionais por sexo e cor*. 17p. s.d.(b.) (Mimeoogr.).
- \_\_\_\_\_. *Atualização da escola socioeconômica de ocupação para 1980*.
- SINGER, P. *Economia política do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- STORPER, M. "Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento". In: RIBEIRO, L. C. de Q., SANTOS JÚNIOR, O. A. dos. (Org.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana — O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p.23-63.
- TABARD, N. "Des quartiers pauvres aux banlieus aisées: une représentation sociale du territoire". *Economie et Statistique*, n.270, p.5-21, 1993.
- TABARD, N., CHENU, A. "Les transformations socioprofessionnelles du territoire français, 1982-1990". *Population*, v.6, p.1735-70, 1993.
- WEBER. M. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

**A B S T R A C T** *The paper presents the results of a comparative analysis of the social structures of Rio de Janeiro, São Paulo and Belo Horizonte, adopting the concept of social space as a group of relationships which define positions and condition individuals' attributes. Social positions are based on twenty four professional categories built up from economic, occupational and social variables of the 1991 Demographic Census, each position expressing a place in the social division of labour. In the analysis of social space we examine the differences between category profiles in terms of income, education, gender, race, geographical location and housing conditions, and then we identify the major social structuring axes of the three metropolises and their correlation with social inequalities. In this way we attempt to use a "multi-dimensional" concept of the structuring of social space that allows a better understanding of the occasional differences in social position between occupational groups. Such events are understood not as exceptions but rather as manifestations of the multiple scales of social space hierarchization.*

**K E Y W O R D S** *Social structure; inequality; metropolis.*